

RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIA E EXPERIÊNCIAS DE LAZER DE NÃO-INDÍGENAS EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS E SEUS EFEITOS SOBRE O BEM-ESTAR COLETIVO

RELATIONSHIPS OF COEXISTENCE AND LEISURE EXPERIENCES OF NON-INDIGENOUS PEOPLE IN INDIGENOUS TERRITORIES AND THEIR EFFECTS ON COLLECTIVE WELL-BEING

RELACIONES DE CONVIVENCIA Y EXPERIENCIAS DE OCIO DE PERSONAS NO INDÍGENAS EN TERRITORIOS INDÍGENAS Y SUS EFECTOS EN EL BIENESTAR COLECTIVO

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-157>

Data de submissão: 10/06/2025

Data de publicação: 10/07/2025

Leonardo Sampaio Baleeiro Santana
Mestre em Educação
Universidade Federal do Tocantins

Neila Barbosa Osório
Pós-Doutora em Educação
Universidade Federal do Tocantins

Luiz Sinésio Silva Neto
Pós-Doutor em Ciências da Saúde
Universidade Federal do Tocantins

Djanires Lageano Neto de Jesus
Pós-Doutor em Educação
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Adriana da Costa Pereira Aguiar
Mestre em Educação
Universidade Federal do Tocantins

Leila Cardoso Machado
Mestre em Linguística Aplicada
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Claudiany Silva Leite Lima
Mestre em Biotecnologia
Universidade Federal do Tocantins

Valmir Fernandes de Lira
Mestre em Educação
Universidade Federal do Tocantins

Andre Ribeiro de Gouveia

Mestre em Educação

Universidade Federal do Tocantins

Roseany Calazans Lameira da Silva

Mestranda em Educação

Universidade Federal do Tocantins

Luciano Paulo de Almeida Souza

Mestrando em Educação

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Samuel Marques Borges

Mestrando em Educação

Universidade Federal do Tocantins

Karinne Oliveira Meneses

Mestranda em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Rosimara Neres de Sousa Oliveira

Especialista em História da África da Cultura Negra e do Negro do Brasil

Universidade Federal do Tocantins

Célia dos Santos Miranda

Especialista em Gestão Educacional

Universidade Católica de Brasília

Matheus Sousa da Silva Marques

Graduado em Geografia

Universidade Estadual do Pará

Claudia Berixa Moura Karaja

Graduada em Psicologia

Universidade Federal do Tocantins

Lucineia da Cruz Pimentel

Graduada em Pedagogia

ITPAC

Honorato Ribeiro da Silva

Graduado em Ciências e Matemática

Universidade Federal do Tocantins

Osiana Lustosa dos Santos

Graduada em Pedagogia

Universidade Federal do Tocantins

RESUMO

Este estudo analisa as relações de convivência e as experiências de lazer de não-indígenas em espaços tradicionais indígenas, destacando os impactos dessas interações sobre o bem-estar coletivo das comunidades. A partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, buscou-se compreender as dinâmicas sociais, simbólicas e culturais que emergem nesses encontros, reconhecendo tanto os potenciais de fortalecimento cultural e econômico quanto os riscos de tensões, conflitos e perda identitária. O trabalho evidencia que, para os povos indígenas, o território possui um valor que transcende o aspecto físico, sendo um elemento central na construção da identidade, da memória e da vida coletiva. Assim, qualquer iniciativa que envolva práticas de convivência ou lazer deve ser pautada pelo respeito à autonomia comunitária e pela valorização dos saberes tradicionais, a fim de garantir relações éticas, equilibradas e sustentáveis. A análise evidencia a importância de políticas públicas sensíveis e da construção de protocolos comunitários que assegurem a proteção dos territórios e promovam o bem-estar coletivo.

Palavras-chave: Convivência. Territórios indígenas. Bem-estar coletivo.

ABSTRACT

This study analyzes the relationships of coexistence and leisure experiences of non-indigenous people in traditional indigenous spaces, highlighting the impacts of these interactions on the collective well-being of the communities. Based on a qualitative and bibliographic approach, it sought to understand the social, symbolic, and cultural dynamics that emerge from these encounters, recognizing both the potential for cultural and economic strengthening and the risks of tensions, conflicts, and identity loss. The research shows that, for indigenous peoples, the territory has a value that goes beyond the physical aspect, being a central element in the construction of identity, memory, and collective life. Therefore, any initiative involving practices of coexistence or leisure must be guided by respect for community autonomy and the appreciation of traditional knowledge, in order to ensure ethical, balanced, and sustainable relationships. The analysis highlights the importance of sensitive public policies and the development of community protocols that ensure the protection of territories and promote collective well-being.

Keywords: Coexistence. Indigenous territories. Collective well-being.

RESUMEN

Este estudio analiza las relaciones de convivencia y las experiencias de ocio de personas no indígenas en espacios indígenas tradicionales, destacando los impactos de estas interacciones en el bienestar colectivo de las comunidades. Utilizando un enfoque cualitativo y bibliográfico, buscamos comprender las dinámicas sociales, simbólicas y culturales que emergen en estos encuentros, reconociendo tanto el potencial de fortalecimiento cultural y económico como los riesgos de tensión, conflicto y pérdida de identidad. El trabajo muestra que, para los pueblos indígenas, el territorio tiene un valor que trasciende el aspecto físico, siendo un elemento central en la construcción de la identidad, la memoria y la vida colectiva. Por tanto, cualquier iniciativa que implique prácticas de convivencia o ocio debe estar guiada por el respeto a la autonomía comunitaria y la valorización de los conocimientos tradicionales, con el fin de garantizar relaciones éticas, equilibradas y sostenibles. El análisis destaca la importancia de políticas públicas sensibles y el desarrollo de protocolos comunitarios que aseguren la protección de los territorios y promuevan el bienestar colectivo.

Palabras clave: Convivencia. Territorios indígenas. Bienestar colectivo.

1 INTRODUÇÃO

O contato entre não-indígenas e povos indígenas em territórios tradicionais tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente em razão do aumento de práticas como o etnoturismo, a educação intercultural e diversas formas de convivência em espaços naturais e culturais preservados. Esse fenômeno desperta o interesse de diversos campos de estudo, na medida em que envolve questões complexas relacionadas ao território, à identidade cultural, à economia e ao bem-estar coletivo dessas comunidades.

Este trabalho busca compreender, de modo aprofundado, como as experiências de convivência e de lazer vivenciadas por não-indígenas em espaços tradicionais indígenas interferem nas dinâmicas comunitárias e impactam o bem-estar coletivo. A escolha por esse foco justifica-se pela relevância social e acadêmica do tema, que dialoga diretamente com debates contemporâneos sobre interculturalidade, direitos territoriais e sustentabilidade das práticas culturais.

O objetivo central, portanto, é analisar criticamente essas experiências, procurando identificar não apenas os benefícios que podem emergir dessas interações, como também as tensões e desafios que elas suscitam para os povos indígenas. O trabalho parte da premissa de que o território, para essas comunidades, não se reduz a um espaço geográfico, mas constitui um elemento vital, carregado de significados simbólicos, espirituais e afetivos que orientam o modo de vida coletivo.

A escolha deste tema é motivada ainda pela constatação de que, em muitos casos, as práticas de lazer e convivência de não-indígenas são planejadas sem uma compreensão sobre o que esses espaços representam para os povos indígenas. A falta de sensibilidade e de preparo por parte de visitantes e agentes públicos pode gerar impactos negativos, contribuindo para processos de desestruturação social, perda cultural e comprometer, de modo significativo, o bem-estar das comunidades.

O problema que orienta esta investigação reside, justamente, na necessidade de entender como essas práticas externas, frequentemente impulsionadas por interesses turísticos, econômicos ou acadêmicos, se articulam com os modos tradicionais de vida indígena e como afetam, direta ou indiretamente, o bem-estar coletivo desses povos. Trata-se de um problema atual e urgente, tendo em vista o avanço de políticas de incentivo ao turismo em áreas protegidas e a crescente presença de não-indígenas em territórios que, historicamente, foram marcados por processos de resistência e exclusão.

Ao investigar esse fenômeno, pretende-se também contribuir para o fortalecimento do debate sobre a importância de se adotar práticas de convivência respeitosas, que valorizem a autonomia das comunidades indígenas e reconheçam os seus direitos territoriais como fundamentais para a manutenção de seu bem-estar e de sua cultura. Assim, o trabalho assume não apenas uma perspectiva

analítica, mas também ética, ao buscar reforçar a necessidade de políticas e práticas que respeitem os saberes e os modos de vida desses povos.

Este estudo, ao privilegiar a análise bibliográfica e documental, permite reunir diferentes perspectivas teóricas e institucionais sobre o tema, consolidando um panorama amplo e crítico das experiências que envolvem as relações entre não-indígenas e indígenas em contextos de convivência e lazer. A escolha metodológica reflete, ainda, uma postura de respeito à autonomia das comunidades, evitando interferências diretas e priorizando o diálogo com as produções que emergem dos próprios povos ou que os respeitam.

Esta introdução apresenta o percurso reflexivo que orienta o trabalho: compreender e problematizar as práticas de convivência e lazer entre não-indígenas e indígenas, com ênfase nos efeitos que essas interações provocam sobre o bem-estar coletivo das comunidades tradicionais. A análise que se propõe pretende, assim, oferecer subsídios para a construção de relações mais justas, respeitosas e sustentáveis, contribuindo para o fortalecimento da diversidade cultural e da proteção dos territórios indígenas.

1.1 METODOLOGIA

A condução desta pesquisa se estrutura a partir de uma abordagem qualitativa, ancorada essencialmente em uma revisão bibliográfica e documental. A escolha por essa perspectiva metodológica decorre da própria natureza do objeto de estudo, que envolve a análise das relações de convivência e das experiências de lazer de não-indígenas em espaços tradicionais indígenas, bem como seus efeitos sobre o bem-estar coletivo. Considerando que não há a realização de pesquisa de campo ou coleta de dados empíricos diretamente junto às comunidades, o caminho mais adequado foi a busca e a sistematização de produções teóricas, relatórios institucionais, legislações e documentos públicos que discutem a temática.

Em diálogo com Gil (2019), que destaca a importância das pesquisas bibliográficas como instrumentos fundamentais para o aprofundamento teórico e para a compreensão de fenômenos sociais, é justamente esse percurso que se adota aqui. Gil (2019) explica que a pesquisa bibliográfica permite o levantamento, a organização e a interpretação de conteúdos já produzidos sobre determinado tema, favorecendo uma análise sem que seja necessário realizar observações diretas ou entrevistas com sujeitos.

Assim, com base nessa orientação, a metodologia deste trabalho implicou selecionar materiais acadêmicos consistentes, documentos oficiais, relatórios de organizações e legislações pertinentes, a partir dos quais foi possível compreender como as práticas de convivência e lazer entre indígenas e

non-indígenas vêm sendo construídas, tensionadas e ressignificadas. Mais do que simplesmente reunir informações, a proposta foi estabelecer conexões entre diferentes perspectivas teóricas, de modo a construir uma narrativa analítica que valorize tanto a dimensão simbólica dos territórios indígenas quanto os efeitos concretos dessas interações no bem-estar coletivo.

Esse percurso metodológico também está alinhado à compreensão de que a pesquisa bibliográfica não se limita a uma mera descrição ou repetição do que outros autores disseram, mas exige um esforço interpretativo e crítico, como o próprio Gil (2019) assinala. Assim, cada obra consultada foi mobilizada não apenas como fonte de informação, mas como provocação intelectual, permitindo ampliar as reflexões e estabelecer novas relações entre os conceitos de território, cultura, lazer e bem-estar.

Além disso, ao privilegiar essa metodologia, respeita-se a autonomia e a sensibilidade das comunidades indígenas, evitando a exposição indevida ou a coleta de dados em contextos que, muitas vezes, exigem tempo, confiança e inserção social que não são possíveis neste trabalho. A revisão bibliográfica, nesse sentido, é também uma escolha ética, que busca tratar com responsabilidade e rigor temas que atravessam a vida e a cultura dos povos indígenas.

Por fim, vale reforçar que essa estratégia metodológica possibilitou construir uma visão abrangente e crítica sobre o tema, apoiando-se em diferentes fontes e perspectivas que enriqueceram a análise. O diálogo com Gil (2019) foi, portanto, fundamental para fundamentar essa escolha, assegurando que o trabalho mantivesse a necessária solidez acadêmica e metodológica, mesmo sem a realização de pesquisa de campo.

2 DINÂMICAS DE INTERAÇÃO E BEM-ESTAR EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS: REFLEXÕES SOBRE A PRESENÇA NÃO-INDÍGENA

A presença não-indígena em espaços tradicionais indígenas transforma-se em uma experiência complexa, marcada por processos de negociação simbólica, adaptação e, muitas vezes, por tensões silenciosas. O espaço, carrega camadas de sentido, funcionando como uma síntese viva das interferências sociais de produção e reprodução, que são expostas e, simultaneamente, dissimuladas por representações simbólicas articuladas sobre a Natureza (Lefebvre, 2000).

Quando não-indígenas adentram territórios indígenas para fins de lazer, turismo ou atividades culturais, não apenas ocupam fisicamente o espaço, mas penetram no universo simbólico que sustenta o modo de vida tradicional. Essa presença suscita dinâmicas de interação que extrapolam o visível, pois exigem que os indígenas gerenciem sua própria territorialidade frente à alteridade, preservando saberes e práticas enquanto negociam sua exposição aos visitantes (Ferreira; Garcia, 2023).

Tais interações nem sempre ocorrem em bases igualitárias. O etnoturismo, por exemplo, frequentemente coloca comunidades indígenas em uma posição em que devem organizar sua hospitalidade segundo parâmetros ocidentais, ao mesmo tempo em que buscam reafirmar sua cultura e autonomia. Ainda que esse processo possa gerar benefícios econômicos, há o risco latente da folklorização e da mercantilização de práticas que, para os indígenas, possuem valor espiritual e comunitário (FUNAI, 2024).

Contudo, essas experiências também geram potenciais positivos. Muitos relatos mostram que o contato com não-indígenas possibilita aos povos originários desenvolver novas estratégias de fortalecimento de sua identidade, utilizando-se das interações como oportunidade de pedagogia intercultural. A valorização de práticas esportivas tradicionais nos Jogos dos Povos Indígenas ilustra bem essa dinâmica: aquilo que antes era circunscrito a um ciclo ritual passa a ser apresentado como forma legítima de expressão cultural para um público externo (Almeida, 2008).

O lazer, nesse contexto, não é apenas um momento de fruição para o visitante, mas também uma ferramenta de resistência e afirmação para os indígenas. Assim, espaços tradicionalmente vinculados a práticas comunitárias são reconfigurados, sem que percam sua centralidade simbólica. O território torna-se, então, um cenário ativo de produção de subjetividades, onde indígenas e não-indígenas aprendem mutuamente sobre limites, respeito e pertencimento (Brand; Calderoni, 2012).

Entretanto, não se pode desconsiderar os efeitos adversos dessas interações sobre o bem-estar coletivo das comunidades indígenas. A presença constante de não-indígenas pode gerar sobrecarga nas estruturas locais, afetando não apenas os recursos naturais, mas também as relações sociais internas, que precisam ser continuamente reorganizadas para acomodar as novas demandas impostas pela interação com o outro (Brasil, 2019).

A complexidade dessas relações fica ainda mais evidente quando se considera a dimensão política do território indígena. Longe de ser apenas um espaço físico, a terra é um fundamento ontológico, um elemento central para a reprodução da vida e da cultura. A luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais está diretamente relacionada à capacidade das comunidades de gerirem as interações com não-indígenas sem que isso comprometa seu bem-estar ou sua autonomia (Carneiro da Cunha; Barbosa, 2018).

Esse contexto se agrava quando se observa que, em muitos casos, as relações entre indígenas e não-indígenas ocorrem em cenários de assimetria, onde o direito dos povos originários à autodeterminação ainda não é plenamente respeitado, apesar dos avanços normativos representados por documentos como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNESCO, 2007).

Na América Latina, a tensão entre integração e respeito à diferença permanece um desafio significativo. Embora políticas públicas tenham buscado incorporar a perspectiva intercultural, as práticas cotidianas ainda evidenciam lacunas, principalmente quando se trata de assegurar que as experiências de lazer de não-indígenas em territórios tradicionais se deem de maneira ética e sustentável (CEPAL, 2014).

Nesse cenário, o protagonismo dos próprios povos indígenas em definir as condições de tais interações torna-se fundamental. O fortalecimento de conselhos comunitários e de protocolos de visitação são estratégias que muitas comunidades vêm implementando, na tentativa de assegurar que as experiências de convivência e lazer sejam, de fato, benéficas para o bem-estar coletivo, e não fontes adicionais de vulnerabilidade (CIMI, 2023).

As interações com não-indígenas, nesses contextos, são atravessadas por dinâmicas de acolhimento, hospitalidade e, também, por episódios de discriminação e preconceito, afetando diretamente a saúde e o bem-estar dessas populações (IOM Brasil, 2024). Além disso, o contexto da pandemia de Covid-19 revelou, de forma dramática, como a presença e circulação de não-indígenas em territórios tradicionais podem gerar efeitos sanitários devastadores, fragilizando sistemas comunitários e impactando negativamente o bem-estar coletivo. A falta de políticas públicas adequadas para mitigar esses riscos reforçou a vulnerabilidade das comunidades indígenas frente à presença externa (APIB, 2021).

Por outro lado, há experiências inspiradoras de resistência e ressignificação. Autores como Krenak destacam que o contato com o não indígena pode também servir como um estímulo para que os povos indígenas atualizem seus discursos e práticas, mantendo viva a essência de sua cultura, mas adaptando-a às exigências contemporâneas de visibilidade e reconhecimento (Krenak, 2019).

Esse movimento de atualização é visível, por exemplo, na maneira como algumas comunidades indígenas transformaram práticas ancestrais em atrativos turísticos, mas sem abrir mão de sua dimensão espiritual e comunitária. A gestão desses processos revela uma agência ativa, em que os indígenas moldam a interação com o não indígena de modo a preservar o equilíbrio entre exposição cultural e bem-estar coletivo (Ferreira; Garcia, 2023).

Ademais, a própria configuração espacial desses territórios influencia diretamente as formas de interação. Como Lefebvre argumenta, o espaço não é um dado neutro, mas um produto social, moldado por práticas, representações e simbologias que orientam o comportamento dos indivíduos que nele transitam. Assim, a presença não indígena ativa novas leituras e usos do espaço, provocando rearranjos significativos nas dinâmicas locais (Lefebvre, 2000).

Esses rearranjos nem sempre são consensuais. Em muitos casos, surgem conflitos internos nas comunidades indígenas sobre até que ponto devem permitir ou restringir a presença de não-indígenas em seus territórios. As decisões, geralmente coletivas, refletem a busca por um equilíbrio delicado entre a abertura ao diálogo intercultural e a proteção do bem-estar comunitário (Brand; Calderoni, 2012).

As políticas públicas podem desempenhar um papel importante nesse processo, sobretudo quando orientadas pela perspectiva do trabalho social com famílias indígenas, que reconhece a importância da cultura e da organização social dos povos originários como elementos centrais na construção de políticas de bem-estar (Brasil, 2019).

Finalmente, é imprescindível compreender que o bem-estar coletivo das comunidades indígenas não pode ser dissociado da proteção de seus territórios e da gestão soberana de suas relações com o mundo exterior. As experiências de convivência e lazer com não-indígenas, quando pautadas pelo respeito, pela escuta e pela valorização da diversidade, podem contribuir para fortalecer não apenas o bem-estar dessas comunidades, mas também para ampliar a consciência social sobre a importância da preservação dos territórios tradicionais (UNESCO, 2007).

2.1 PRÁTICAS DE LAZER E EXPERIÊNCIAS DE CONVIVÊNCIA

As práticas de lazer desenvolvidas por não-indígenas em espaços tradicionais indígenas revelam múltiplas camadas de interação social, cultural e simbólica. Não se trata apenas de um encontro físico, mas de um processo no qual sujeitos se interpelam mutuamente, muitas vezes sem a plena consciência das implicações dessa presença. As comunidades indígenas, que historicamente lutam para manter a integridade de seus territórios, veem-se, por vezes, confrontadas com visitantes que, movidos pelo desejo de desfrutar da natureza ou conhecer culturas “exóticas”, acabam tensionando as estruturas sociais locais (Ferreira; Garcia, 2023).

O lazer nesses contextos, frequentemente associado ao turismo, desencadeia transformações profundas na dinâmica comunitária, impondo adaptações no cotidiano e, ao mesmo tempo, oferecendo novas possibilidades de articulação econômica e política. A organização de atividades como trilhas, festas, exposições culturais ou oficinas de artesanato passa a compor um mosaico complexo de convivência, onde o espaço tradicional se transforma em palco de múltiplas representações, apropriado tanto pelos indígenas quanto pelos visitantes (FUNAI, 2024).

Porém, é importante reconhecer que essas experiências nem sempre se dão de maneira harmoniosa. A inserção de não-indígenas em territórios tradicionais pode gerar desconfortos e resistências, sobretudo quando práticas de lazer são conduzidas sem o devido respeito às normas

culturais locais. Muitas comunidades precisam estabelecer regras claras de visitação, criando protocolos que buscam equilibrar a hospitalidade com a preservação de seus valores e modos de vida (CIMI, 2023).

Nesse contexto, a convivência entre indígenas e não-indígenas torna-se um fenômeno que não pode ser reduzido a uma simples troca de experiências, mas deve ser compreendido como uma interação densa, marcada por desigualdades históricas e culturais. Enquanto os visitantes chegam muitas vezes com expectativas de contemplação e entretenimento, os anfitriões indígenas mobilizam práticas de resistência, reafirmação identitária e gestão territorial, que se entrelaçam com a necessidade de garantir o bem-estar coletivo (Carneiro da Cunha; Barbosa, 2018).

As práticas corporais e esportivas tradicionais são exemplos significativos desse processo. Nos Jogos dos Povos Indígenas, as atividades esportivas, que possuem forte vínculo com a cosmologia e a espiritualidade indígena, são apresentadas a não-indígenas, não apenas como forma de lazer, mas como expressão política e cultural. Essa esportivização, como aponta Almeida, transforma as práticas em eventos que articulam tradição e modernidade, criando espaços de convivência que, embora permeados pela lógica do espetáculo, conservam sua potência simbólica (Almeida, 2008).

O espaço tradicional indígena, nesse processo, não é um mero cenário passivo, mas um agente ativo de mediação dessas interações. É o território que dá forma, sentido e limites às práticas de convivência, funcionando como elo entre passado, presente e futuro das comunidades. Por isso, pensar as experiências de lazer não pode prescindir de uma reflexão sobre o espaço como produto social, que sintetiza relações, conflitos e simbolismos profundamente enraizados (Lefebvre, 2000).

Nesse ponto, torna-se fundamental considerar a célebre formulação de Lefebvre:

“Para tornar as situações mais complexas, o espaço contém certas representações dessa dupla ou tripla interferência das relações sociais (de produção e de reprodução). Ele as mantém em estado de coexistência e de coesão por representações simbólicas. Ele as exibe, transponde-as, portanto dissimulando-as de maneira simbólica, com a ajuda e sobre o fundo da Natureza [...]” (Lefebvre, 2000, p. 3).

Essa reflexão de Lefebvre ilumina de modo exemplar a dinâmica das práticas de lazer em espaços indígenas, pois evidencia como o território não apenas abriga atividades, mas é constituído por uma multiplicidade de camadas simbólicas que se sobrepõem e se entrelaçam. As representações que o espaço carrega não são neutras; elas dissimulam e transmutam as relações sociais que ali se desenrolam, criando uma ambiência que, ao mesmo tempo, acolhe e resiste ao olhar e à presença do outro (Lefebvre, 2000).

Assim, quando não-indígenas participam de atividades de lazer em terras indígenas, não estão apenas inseridos em uma paisagem natural, mas em um espaço carregado de significados, onde a coexistência simbólica é cuidadosamente regulada pelos detentores tradicionais desses saberes. Essa coexistência, como sugere Lefebvre, é sustentada por uma coesão que não elimina os conflitos, mas os reorganiza simbolicamente, muitas vezes mascarando tensões subjacentes que emergem nas práticas cotidianas (Lefebvre, 2000).

As comunidades indígenas, conscientes dessa complexidade, muitas vezes adotam estratégias pedagógicas nas experiências de convivência, transformando o espaço e as práticas de lazer em oportunidades de educação intercultural. Oficinas de artesanato, visitas a locais sagrados ou participação em rituais são cuidadosamente conduzidas para que os visitantes compreendam que estão diante de universos simbólicos que não podem ser reduzidos ao consumo turístico (Brand; Calderoni, 2012).

Por outro lado, não se pode negligenciar que o ingresso de práticas externas de lazer nos territórios tradicionais pode gerar processos de acomodação cultural, nos quais algumas tradições acabam sendo reformuladas para se adequarem às expectativas dos visitantes. Esse fenômeno, conhecido como hibridização cultural, provoca transformações nas práticas de convivência, que passam a incorporar elementos de outras culturas, sem necessariamente perder sua identidade fundamental (Ferreira; Garcia, 2023).

A gestão dessas interações depende, em larga medida, da capacidade organizativa das comunidades indígenas. Protocolos comunitários de visitação, como os elaborados por várias etnias brasileiras, são instrumentos importantes para assegurar que a convivência com não-indígenas ocorra de maneira ética e sustentável, protegendo o bem-estar coletivo e garantindo que as práticas de lazer respeitem os valores e saberes locais (FUNAI, 2024).

Nesse processo, a articulação com políticas públicas é essencial. Programas de apoio ao trabalho social com famílias indígenas, que reconhecem a centralidade do território na vida comunitária, oferecem suporte fundamental para que as experiências de convivência e lazer possam ser geridas de forma a promover, e não comprometer, o bem-estar das comunidades (Brasil, 2019).

Porém, é necessário destacar que essas dinâmicas ocorrem em um contexto mais amplo de lutas políticas e territoriais. A garantia do direito ao território e ao modo de vida tradicional é um pressuposto indispensável para que as comunidades possam estabelecer relações de convivência com não-indígenas de maneira autônoma e segura. Sem essa base, as práticas de lazer correm o risco de se converter em formas de invasão cultural ou exploração econômica (Carneiro da Cunha; Barbosa, 2018).

A própria Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas reconhece que esses povos possuem direito ao controle sobre suas terras, territórios e recursos naturais, bem como à livre determinação sobre as atividades que nelas ocorrem, incluindo aquelas relacionadas ao turismo e ao lazer. Esse reconhecimento jurídico é fundamental para respaldar as práticas comunitárias que regulam a convivência com não-indígenas (UNESCO, 2007).

A experiência latino-americana mostra que, apesar dos avanços normativos, persistem desafios importantes na implementação de políticas que garantam a proteção dos territórios indígenas frente às pressões do turismo desordenado e de outras atividades de lazer promovidas por não-indígenas. As comunidades continuam a enfrentar processos de desterritorialização e marginalização que impactam negativamente o bem-estar coletivo (CEPAL, 2014).

Em contrapartida, observa-se um crescente protagonismo das organizações indígenas na definição dos parâmetros de convivência com não-indígenas, especialmente no que diz respeito às práticas de lazer. Iniciativas como feiras culturais, festivais e eventos esportivos têm sido utilizadas estrategicamente para promover a cultura e gerar renda, mas sempre com a preocupação de preservar o caráter simbólico do espaço tradicional (Almeida, 2008).

A pandemia de Covid-19 revelou de forma dramática os riscos dessas interações quando não mediadas por protocolos claros e medidas sanitárias rigorosas. A circulação descontrolada de não-indígenas em terras indígenas foi responsável, em muitos casos, pela propagação de infecções, com efeitos devastadores sobre o bem-estar das comunidades e sobre sua estrutura social (APIB, 2021).

Esse episódio reforçou a necessidade de políticas públicas e comunitárias que considerem o território indígena como espaço vital, cuja abertura à convivência e ao lazer de não-indígenas deve ser sempre condicionada à proteção da saúde, da cultura e do bem-estar dos povos que ali vivem. A gestão dessas experiências requer, portanto, uma abordagem integrada, que articule dimensão simbólica, política e sanitária (IOM Brasil, 2024).

Entendemos que é importante relatar que as experiências de convivência e lazer de não-indígenas em espaços tradicionais podem, quando bem orientadas, se transformar em oportunidades potentes de intercâmbio cultural e de valorização da diversidade. Para isso, é fundamental que os visitantes se aproximem com respeito, abertura e disposição para aprender, reconhecendo que estão ingressando não apenas em um território, mas em um universo simbólico denso e complexo (Krenak, 2019).

Assim, as práticas de lazer e convivência entre não-indígenas e povos indígenas constituem uma arena de negociação contínua, na qual se articulam múltiplos interesses, saberes e expectativas. A gestão cuidadosa dessas interações é fundamental para garantir que elas contribuam para o

fortalecimento da autonomia e do bem-estar das comunidades, ao invés de reproduzir lógicas de exploração ou assimilação cultural (Ferreira; Garcia, 2023).

2.2 IMPACTOS NO BEM-ESTAR COLETIVO: TENSÕES, COLABORAÇÕES E REINVENÇÕES SOCIOCULTURAIS

Quando se fala em bem-estar coletivo dentro das comunidades indígenas, não dá para deixar de lado o sentimento de pertencimento que cada indivíduo carrega em relação à sua terra. Esse vínculo é muito mais do que simplesmente ocupar um espaço ou morar em determinado lugar. É uma ligação afetiva, espiritual e cultural, que atravessa gerações e molda a própria identidade de quem ali vive. A presença de não-indígenas nesses territórios mexe diretamente com essa estrutura, gerando impactos que podem ser positivos ou negativos, dependendo de como essa convivência é construída e administrada (Carneiro da Cunha; Barbosa, 2018).

A fala de Benites sintetiza de maneira muito verdadeira essa relação com a terra:

“Minha família é aqui [...]. Minhas raízes estão aqui, meus parentes são daqui. Aí entendi o contexto (em que esse conceito foi construído). Senti que a questão da terra é o lugar onde a gente vive, que tem significado aquele lugar [...]. Aquela terra é única, não tem outra terra. Aquele espaço é único, não tem como substituir” (Benites, 2010).

Esse trecho expressa, de maneira muito clara, o que muitas vezes quem vem de fora não consegue perceber: a terra não é um bem que se compra, vende ou troca, mas sim um elemento essencial que faz parte da vida e da cultura. Não existe uma segunda opção, nem um “plano B”. Quando se pensa nos impactos da presença de não-indígenas, especialmente em atividades de lazer e turismo, esse aspecto precisa ser levado muito a sério, pois o que pode ser uma experiência passageira e divertida para o visitante, representa um risco de perda ou violação para quem vive ali (Ferreira; Garcia, 2023).

O bem-estar coletivo, então, não pode ser analisado apenas sob a ótica de benefícios econômicos ou oportunidades de desenvolvimento. Claro que a possibilidade de gerar renda a partir de atividades de turismo ou de intercâmbio cultural pode ser importante, mas isso nunca deve ser visto como suficiente. É preciso respeitar o modo como a comunidade enxerga sua relação com o espaço, pois qualquer mudança nessa dinâmica afeta o equilíbrio social e emocional do grupo (FUNAI, 2024).

Ao mesmo tempo, é inegável que, quando bem conduzidas, as experiências de convivência com não-indígenas podem fortalecer a autoestima da comunidade e reforçar laços internos. Mostrar suas tradições, ensinar seus saberes e acolher visitantes pode ser uma forma de afirmar sua identidade

e de garantir que a cultura seja valorizada e reconhecida, tanto dentro quanto fora do território (Brand; Calderoni, 2012).

Por outro lado, não se pode negar que muitas vezes a chegada de não-indígenas, mesmo com boas intenções, traz consigo práticas que interferem na rotina da comunidade. O uso excessivo de trilhas, a entrada em locais sagrados sem autorização ou a banalização de rituais são exemplos de comportamentos que geram tensões e que podem ferir profundamente o sentimento de pertencimento e a conexão espiritual dos moradores com a sua terra (CIMI, 2023).

Essa tensão aparece justamente porque a visão de mundo dos não-indígenas sobre o espaço costuma ser muito diferente. Para muitos, um território é apenas um espaço para ser explorado, visitado ou fotografado. Já para quem, como Benites, vê na terra a própria razão de viver, qualquer intervenção, por menor que pareça, é uma alteração significativa que pode abalar a segurança emocional e o bem-estar coletivo da comunidade (Krenak, 2019).

É importante também destacar que o impacto sobre o bem-estar coletivo não é apenas individual ou emocional, mas social. A presença constante de visitantes pode alterar a organização interna da comunidade, forçando mudanças em práticas tradicionais, redefinindo papéis sociais e criando novas demandas que, nem sempre, são fáceis de acomodar (Brasil, 2019).

Essa necessidade de se reinventar pode ser vista, por um lado, como um aspecto positivo, uma vez que abre espaço para a criatividade e para o fortalecimento da autonomia comunitária. Mas, por outro, também gera desafios, pois nem sempre há recursos, apoio ou preparo para lidar com essas transformações de forma equilibrada e justa (CEPAL, 2014).

Além disso, há sempre o perigo de que, na tentativa de atender às expectativas dos não-indígenas, a comunidade acabe abrindo mão de aspectos importantes de sua cultura. A adaptação de rituais para torná-los “mais atrativos” ou “mais acessíveis” pode levar a uma perda gradual de autenticidade e de sentido, afetando a coesão social e o bem-estar coletivo a longo prazo (Ferreira; Garcia, 2023).

Por isso, a fala de Benites é tão importante e deve ser sempre lembrada nesses processos. Ela nos obriga a entender que, antes de pensar no lazer ou no turismo, é preciso compreender o que aquele espaço significa para quem ali vive. Sem esse reconhecimento, qualquer ação corre o risco de ser invasiva e prejudicial, mesmo que, à primeira vista, pareça inofensiva ou até benéfica (Lefebvre, 2000).

Por outro lado, há também muitas experiências positivas, onde a convivência com não-indígenas resultou em colaborações frutíferas, fortalecendo o bem-estar coletivo. Projetos de educação intercultural, parcerias para a preservação ambiental e iniciativas de valorização do patrimônio

cultural são exemplos de como essa convivência pode gerar benefícios mútuos, desde que orientada por princípios de respeito e participação ativa da comunidade (UNESCO, 2007).

Essas experiências mostram que a presença de não-indígenas não precisa, necessariamente, ser vista como uma ameaça. Ela pode ser uma oportunidade para reforçar os vínculos internos da comunidade, ampliar suas redes de apoio e fortalecer suas estratégias de resistência e de afirmação cultural (APIB, 2021).

Mas, para que isso aconteça, é preciso que o protagonismo permaneça sempre com os povos indígenas. Eles precisam ser os principais sujeitos na definição de como e quando ocorrerão as interações com não-indígenas, para que o bem-estar coletivo seja efetivamente garantido e protegido (Carneiro da Cunha; Barbosa, 2018).

O bem-estar coletivo, nesse sentido, está profundamente ligado à capacidade de a comunidade controlar os processos que ocorrem em seu território. Isso inclui decidir quem pode ou não entrar, como deve se comportar, quais práticas são permitidas e como os visitantes devem ser orientados (FUNAI, 2024).

Só assim é possível garantir que as interações não comprometam a integridade social, cultural e espiritual da comunidade. A ausência desse controle pode gerar processos de desestruturação social, perda de práticas tradicionais e, consequentemente, diminuição da qualidade de vida e do bem-estar coletivo (CIMI, 2023).

Além disso, é fundamental que haja políticas públicas que reconheçam essa especificidade e que apoiem as comunidades no fortalecimento de sua autonomia. Protocolos de visitação, apoio à gestão territorial e programas de valorização cultural são medidas que podem ajudar a transformar as tensões em colaborações produtivas (Brasil, 2019).

Ao mesmo tempo, os não-indígenas que desejam visitar esses territórios ou participar de experiências de convivência precisam estar dispostos a aprender, a ouvir e a respeitar. A compreensão de que a terra é única, como nos lembra Benites, é o primeiro passo para construir relações mais equilibradas, justas e benéficas para todos os envolvidos (Benites, 2010).

Em resumo, o impacto da presença não indígena nos territórios tradicionais indígenas não é uma questão simples. Ele envolve tensões, mas também possibilidades de colaboração e de reinvenção. Tudo depende de como as relações são estabelecidas, de quais princípios orientam essas interações e, sobretudo, do respeito ao direito das comunidades de decidir sobre o que acontece em seus territórios (Ferreira; Garcia, 2023).

Portanto, ao pensar sobre o bem-estar coletivo nesses contextos, é essencial ter em mente que não se trata apenas de garantir benefícios materiais ou econômicos, mas de assegurar que as

comunidades possam continuar vivendo conforme seus valores, suas crenças e seus modos de vida, com dignidade, segurança e autonomia (CEPAL, 2014).

A fala de Benites nos mostra esse desejo e essa necessidade: a terra não é substituível, não é um recurso entre tantos, mas é, para quem ali vive, parte de si mesmo, de sua história e de sua identidade. Preservar esse vínculo é, portanto, fundamental para garantir o bem-estar coletivo e para construir relações de convivência verdadeiramente respeitosas e transformadoras (Benites, 2010).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender sobre as relações de convivência e experiências de lazer entre não-indígenas e povos indígenas em territórios tradicionais. Sem recorrer a uma pesquisa de campo, mas a partir de um levantamento bibliográfico consistente e uma leitura crítica das produções acadêmicas, documentos oficiais e legislações, observou-se como essas interações são marcadas por tensões, colaborações e constantes reinvenções culturais.

De forma honesta, o que se verificou não foi um cenário homogêneo ou simples, mas um conjunto de processos dinâmicos que envolvem desde a resistência e a proteção dos territórios até iniciativas criativas de interação intercultural. As práticas de lazer e de convivência entre indígenas e não-indígenas nem sempre seguem roteiros previsíveis; em alguns casos, geram impactos positivos no bem-estar coletivo, enquanto em outros, criam desequilíbrios que ameaçam valores tradicionais.

Ao analisar os discursos e dados presentes na literatura, ficou evidente que a terra para os povos indígenas não é apenas espaço físico, mas um elemento fundamental da sua identidade, como bem expressa a fala de Benites. A partir desse reconhecimento, nota-se que qualquer forma de interação, por mais bem-intencionada que seja, precisa ser cuidadosamente mediada e orientada para não ferir o vínculo afetivo e cultural que os povos mantêm com seus territórios.

Por outro lado, as experiências de convivência, quando respeitosas e bem estruturadas, podem favorecer processos de fortalecimento cultural, geração de renda e valorização das tradições. É o caso de diversas iniciativas de etnoturismo ou educação intercultural, que permitem que não-indígenas conheçam e aprendam com os povos originários, ao mesmo tempo em que contribuem para o reconhecimento social e político dessas comunidades.

O percurso metodológico adotado, conforme orientado por Gil, permitiu construir esse panorama sem que fosse necessário intervir diretamente nas comunidades ou realizar entrevistas, preservando a autonomia dos povos indígenas e garantindo uma análise ética e fundamentada. A escolha por uma abordagem qualitativa e bibliográfica mostrou-se adequada para o tratamento de um tema que envolve valores simbólicos e sociais profundos.

Assim, a seguir, apresenta-se uma síntese das principais articulações entre as referências trabalhadas, as conclusões extraídas e as percepções construídas a partir da análise crítica do material. Esta tabela não busca esgotar o tema, mas oferece um recorte para sistematizar os resultados deste estudo.

Tabela 1. Síntese analítica das articulações temáticas

TEMÁTICA ANALISADA	FONTE MOBILIZADA	EVIDÊNCIAS ENCONTRADAS	POSSÍVEIS EFEITOS	REFLEXÕES CONSTRUÍDAS
Relação afetiva com a terra	Benites (2010)	A terra como elemento insubstituível, símbolo da identidade	Rejeição a práticas invasivas; resistência cultural	A interação deve ser sempre pautada pelo respeito ao vínculo espiritual com o território
Práticas de etnoturismo	Ferreira; Garcia (2023); FUNAI (2024)	Potencial de fortalecimento cultural e geração de renda	Desenvolvimento local; risco de folklorização	A organização comunitária é fundamental para garantir que o turismo seja uma ferramenta de autonomia e não de exploração
Gestão de tensões culturais	Brand; Calderoni (2012); CIMI (2023)	Protocolos e estratégias para minimizar conflitos	Redução de impactos negativos; fortalecimento político	A convivência com não-indígenas exige planejamento e decisões coletivas
Reconhecimento internacional dos direitos	UNESCO (2007); CEPAL (2014)	Avanços normativos, mas persistem desafios de implementação	Maior segurança territorial e cultural	A legislação é um importante aliado, mas não substitui a vigilância comunitária constante
Reflexão sobre o espaço social	Lefebvre (2000)	O espaço como produto social e simbólico	Necessidade de compreender as múltiplas camadas do território	As práticas de lazer não devem ser pensadas como neutras, mas como parte de uma dinâmica social complexa

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

Após essa sistematização, é possível avançar para algumas reflexões que ampliam e contextualizam os resultados encontrados, fortalecendo ainda mais o entendimento sobre as múltiplas dimensões envolvidas.

Em primeiro lugar, é importante reforçar que a convivência entre não-indígenas e povos indígenas nunca ocorre em uma “folha em branco”. Ela é sempre atravessada por contextos históricos de violência, resistência e negociação. Por isso, qualquer análise sobre bem-estar coletivo nesses espaços precisa considerar essas marcas e compreender que os povos indígenas seguem lutando para garantir o respeito e a proteção de suas formas de vida.

Além disso, o estudo revelou que, embora haja iniciativas positivas de aproximação, como o etnoturismo bem conduzido ou os eventos interculturais, existe sempre o risco de que tais práticas

sejam apropriadas ou distorcidas por interesses externos. O equilíbrio entre acolher e proteger, entre abrir-se para o outro e preservar-se, é uma tensão permanente para as comunidades.

A literatura consultada mostrou que, quando as comunidades assumem o protagonismo na gestão das interações com não-indígenas, os impactos tendem a ser mais positivos, promovendo não apenas bem-estar coletivo, mas também fortalecimento político e cultural.

Por outro lado, a falta de políticas públicas efetivas e de apoio governamental contínuo ainda é um entrave significativo. Mesmo com o respaldo de legislações internacionais, como a Declaração da ONU, muitas comunidades seguem vulneráveis a invasões, desrespeitos e pressões econômicas que ameaçam seu bem-estar e sua autonomia.

Em relação ao lazer, percebeu-se que ele pode tanto ser um espaço de encontro e valorização, quanto de tensão e conflito. A visão não-indígena de lazer, muitas vezes associada ao consumo e à exploração da natureza, contrasta fortemente com a visão indígena, onde o território é vivido e sentido como extensão do próprio ser.

Assim, para que as experiências de convivência sejam positivas e não causem danos, é fundamental que os não-indígenas compreendam que estão adentrando um espaço carregado de sentidos e valores, e que suas ações podem ter consequências profundas, muitas vezes invisíveis a quem não conhece a dinâmica comunitária.

Além disso, o trabalho revelou que a proteção do bem-estar coletivo passa, necessariamente, pela preservação da relação simbólica e afetiva com a terra. Qualquer política ou ação que desconsidere esse aspecto corre o risco de fracassar, ou pior, de contribuir para processos de desestruturação social e cultural.

O direito de decidir sobre quem entra, como entra e o que faz dentro do território é um elemento central para garantir não apenas o bem-estar, mas a própria sobrevivência cultural desses povos.

Assim, os resultados e discussões apresentados aqui reforçam a necessidade de políticas públicas mais sensíveis, de ações de educação intercultural voltadas para os visitantes e, principalmente, de fortalecimento das estratégias comunitárias de gestão territorial. O respeito, a escuta e a valorização das vozes indígenas devem ser os princípios que norteiam toda e qualquer prática de convivência e lazer em seus territórios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que as relações de convivência e as experiências de lazer de não-indígenas em territórios tradicionais indígenas são fenômenos complexos, atravessados por múltiplas dimensões culturais, sociais e simbólicas. Essas

interações não são neutras nem desprovidas de consequências; pelo contrário, impactam diretamente o bem-estar coletivo das comunidades, exigindo sempre um olhar atento e respeitoso para com as especificidades de cada povo e de cada território.

Ficou evidente que, quando mediadas por princípios de respeito, diálogo e protagonismo indígena, tais experiências podem se transformar em oportunidades de fortalecimento cultural, de geração de renda e de construção de novos espaços de colaboração intercultural. Contudo, também ficou claro que, na ausência desses elementos, os riscos são grandes, podendo comprometer a integridade cultural, a coesão social e o bem-estar das comunidades que tradicionalmente habitam e protegem esses territórios.

Assim, o que se conclui é que qualquer iniciativa envolvendo a presença de não-indígenas em espaços tradicionais indígenas deve partir, acima de tudo, da escuta e do reconhecimento da centralidade que o território possui para esses povos. A construção de relações justas e equilibradas só será possível se for pautada pela valorização da autonomia indígena, pela proteção de seus direitos e pela compreensão de que a terra não é apenas um espaço físico, mas um elemento essencial de identidade, memória e vida coletiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. J. M. de. Esporte e cultura: esportivização de práticas corporais nos jogos dos povos indígenas. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- APIB. Povos indígenas e as violações do direito humano à saúde no contexto da pandemia da Covid-19: subsídios à denúncia internacional. 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/11/25/povos-indigenas-e-as-violacoes-do-direito-humano-a-saude-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-subsidios-a-denuncia-internacional/>. Acesso em: 19 mai. 2025.
- BRAND, A. J.; CALDERONI, V. A. M. de O. Território e saberes tradicionais: articulações possíveis no espaço escolar indígena. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, n. esp., p. 133-153, dez. 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4221025.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2025.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Trabalho social com famílias indígenas. Brasília: MDS, 2019. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/OrientacoesTecnicas_TrabalhoSocialcomFamiliasIndigenas.pdf. Acesso em: 18 mai. 2025.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & BARBOSA, Samuel (orgs.). 2018. Direitos dos povos indígenas em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 368 pp.
- CEPAL. Os povos indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Santiago: CEPAL, 2014. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025
- CIMI. Desafios para a realidade indígena no atual contexto brasileiro. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/05/desafios-para-a-realidade-indigena-no-atual-contexto-brasileiro/>. Acesso em: 21 mai. 2025.
- FERREIRA, M. A.; GARCIA, R. M. Experiências e aproximações do etnoturismo em terras indígenas no estado de Mato Grosso. In: ENANPEGE 2023 – Encontro Nacional da ANPEGE, 2023. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV187_ID2668_TB695_13112023204455.pdf. Acesso em: 17 mai. 2025.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- IOM Brasil. Caderno de experiências sobre atendimento culturalmente sensível para indígenas Warao em mobilidade no Brasil. Brasília: OIM, 2024. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-02/caderno-de-experiencias-sobre-atendimento-culturalmente-sensivel-para-indigenas-warao-em-mobilidade-no-brasil.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2025.
- KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: Início – fev. 2006.

FUNAI. Análise de planos de visitação turística em terras indígenas. Brasília: FUNAI, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guia_visitacao_turistica_digital_FINAL2.pdf. Acesso em: 18 mai. 2025.

UNESCO. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Paris: UNESCO, 2007. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/122678-povos-ind%C3%ADgenas-onu-divulga-relat%C3%ADo-sobre-direito-terra>. Acesso em: 18 mai. 2025.